

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT06.021

UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA E DA LITERATURA BRASILEIRA

Lilian Maria da Silva Mello¹

RESUMO

O presente trabalho discute a necessidade urgente de uma educação antirracista, destacando como teorias e intelectuais brancos europeus têm grande influência no contexto acadêmico, muitas vezes excluindo a produção de autores negros e reforçando a prática do epistemicídio (Carneiro, 2005). O objetivo é analisar se as abordagens educacionais que combatem o racismo podem ser desenvolvidas a partir da Sociologia e da Literatura, confirmando, assim, a relevância das contribuições de escritores negros para a cultura brasileira. Para isso, será realizada uma análise crítica de obras sociológicas e literárias, como “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, além dos trabalhos de Fernandes (1965), Souza (2019), Jesus (1960) e Lobato (1939). Por meio de uma abordagem qualitativa (Poupart, 2014), serão examinados textos acadêmicos e históricos com o intuito de identificar a persistência do racismo na educação (Gonzalez, 2020; Munanga, 2005; Gomes, 2017). A ausência de intelectuais negros evidencia uma espécie de censura que permeia o sistema educacional. A Sociologia e a Literatura, incluindo análises críticas de Carolina Maria de Jesus e uma reflexão sobre o racismo nas obras de Monteiro Lobato, são fundamentais para promover o pensamento crítico e desestigmatizar percepções enraizadas na história brasileira. Uma imagem glorificada da colonização – tal como retratada na obra de Freyre – promove a invisibilidade da violência infligida às populações negras e indígenas, reforçando estereótipos que precisam ser desmistificados. Essas disciplinas assumem um papel essencial: através da análise crítica de Carolina Maria de Jesus e da identificação do racismo nas obras de Monteiro Lobato, podemos fomentar uma cultura de criticidade e, ao mesmo tempo, desvelar percepções profundamente enraizadas nas construções históricas brasileiras. A intenção é que o

¹ Mestranda do Curso Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, CE, lilianmmello22@gmail.com

pensamento crítico desafie o normatizado entre as narrativas condicionais, valorizando escritores negros e refletindo a diversidade multifacetada da sociedade brasileira. A implementação da educação antirracista é gradual, enfrentando desafios devido à predominância do eurocentrismo.

Palavras-Chave: Educação antirracista, Sociologia, Literatura, Epistemicídio.

INTRODUÇÃO

A educação antirracista tem um sentido de urgência que é praticamente impossível de evitar quando nos envolvemos em discussões sobre inclusão e justiça social. Este artigo procura sondar criticamente essa necessidade. Para compreender a extensão das teorias e da influência dos intelectuais europeus brancos, tenhamos consciência de como dominaram a cena acadêmica – por vezes até relegando a produção intelectual de autores negros à invisibilidade. Essa exclusão perpetua não apenas o epistemicídio, mas o reforça: termo cunhado por Sueli Carneiro, que significa a prática de apagar qualquer reconhecimento ou visibilidade de conhecimentos e perspectivas produzidas pelas populações negras (Carneiro, 2005). Portanto, é no domínio da educação que o racismo epistemológico encontra oportunidades para maior propagação – através de mecanismos de controle e estabelecimento de hierarquias raciais.

Jessé Souza, sociólogo e escritor, postula que o nosso sistema – seja ele patrimonial, familiar ou econômico – está estruturado segundo linhas colonizadas. Os autores representam verdadeiramente a realidade da sociedade brasileira por meio de suas contribuições históricas, muitas vezes ignoradas ou deturpadas? Eles delineiam as contribuições dos autores negros no contexto histórico que ajudaram a moldar o Brasil? Apesar do que foi observado anteriormente sobre o epistemicídio, percebe-se esse apagamento dos autores negros da história.

No centro deste estudo, está uma análise crítica das estratégias educacionais destinadas a abordar o racismo estrutural (Almeida, 2019). No centro da nossa investigação, estão a Sociologia e a Literatura, dois campos essenciais para desfazer as alusões centradas no branco e para defender uma pedagogia crítica antirracista. Iremos, portanto, aprofundar-nos em obras específicas como “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre e na literatura de autores como Fernandes (1965), Souza (2019) e Jesus (1960). Nosso objetivo não é apenas compreender suas contribuições teóricas, outrossim refletir criticamente sobre como esses indivíduos se envolveram – e influenciaram – a representação das narrativas raciais no Brasil.

A seleção de autores como Carolina Maria de Jesus e o escrutínio crítico de obras de Monteiro Lobato constituem eixos primordiais desta busca. Eles não só desafiam representações estereotipadas, como igualmente introduzem narrativas alternativas que podem contribuir significativamente para a promoção

de uma identidade nacional mais inclusiva – fazendo com que a Sociologia e a Literatura transcendam o estatuto de meras disciplinas acadêmicas. Simbolizam ainda espaços de resistência que contestam as hegemonias culturais e intelectuais que alimentam as desigualdades na sociedade. A avaliação crítica dos trabalhos produzidos por figuras como Abdias do Nascimento ou Lélia Gonzalez, entre outros intelectuais negros, assume assim uma importância fulcral – não apenas por ampliar horizontes no âmbito acadêmico, mas também por anunciar uma educação que valorize as questões étnico-raciais, diversidade (como central para a identidade brasileira), em uma missão pedagógica.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A SOCIOLOGIA COMO FERRAMENTA

A educação antirracista não se restringe apenas à revisão de currículos e à inclusão de autores negros nos programas de estudo; ela implica uma reestruturação profunda das práticas pedagógicas e dos paradigmas educacionais. É crucial não apenas ensinar sobre o racismo como fenômeno histórico, mas capacitar os estudantes a reconhecerem e confrontarem manifestações contemporâneas de discriminação racial. Isso requer não apenas uma mudança nos conteúdos ensinados, mas na forma como esses conteúdos são apresentados e discutidos em sala de aula, promovendo um ambiente que estimule o pensamento crítico e a empatia.

A aplicabilidade de uma educação antirracista subentende-se de forma progressiva, uma vez que as teorias e os vários teóricos que usufruímos durante a trajetória acadêmica ou aos quais temos acesso são, em sua maioria, homens brancos e, caracteristicamente, europeus. Destaco que existem autores brancos que abordam questões étnico-raciais e, principalmente, o antirracismo.

Um exemplo que pode ser citado é o autor Florestan Fernandes, um dos referenciais nas discussões raciais no Brasil. O que potencializo, de fato, é a invisibilização de autores negros e autoras negras durante suas trajetórias. Nessa perspectiva, informo que há contribuições históricas referentes aos escritores que temos, mas vale salientar que possuímos autores e autoras negros e negras que estão implicados no epistemicídio.

Segundo o sociólogo e escritor Jessé Souza, nosso sistema, seja ele baseado no patrimonialismo, na dinâmica familiar ou na economia, funciona sob uma estrutura hierárquica que lembra a colonização. Com base nisso, compreendo que os autores que são consistentemente retratados e destacados são

diretamente impactados por esta hierarquia colonizada. Suas contribuições históricas retratam verdadeiramente a composição da sociedade brasileira?

A prática, conforme mencionado no texto, desempenhou um papel na formação do Brasil. O sistema de apagamento é, sem dúvida, um fator crucial a considerar na compreensão do argumento apresentado. Para desafiar as noções de Freyre, Jessé apresenta sua própria perspectiva sobre o autor, abordando especificamente o retrato romantizado do processo de colonização:

Pensemos de início naquele que foi talvez o livro mais importante e influente do Brasil no século XX: Casa-grande e senzala. Deixaremos de lado seu objetivo principal, que foi construir um “romance da identidade nacional” brasileira, e, dado seu retumbante sucesso, construir a autocompreensão que hoje em dia todo brasileiro tem de si mesmo. Aqui nos interessa a leitura reprimida de Casa-grande e senzala, que faz da escravidão sadomasoquista o ponto principal e não o conagraçamento de raças e culturas, que foi o ponto que o próprio Freyre privilegiou. O chefe da família e senhor de terras e escravos era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até “El Rei” a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios. O patriarcalismo de que nos fala Freyre tem esse sentido de apontar para a extraordinária influência da família como alfa e ômega da organização social do Brasil colonial. Dado o caráter mais ritual e litúrgico do catolicismo português, acrescido no Brasil do elemento de dependência política e econômica do padre leigo em relação ao senhor de terras e escravos, o patriarcalismo familiar pôde desenvolver-se sem limites ou resistências materiais ou simbólicas (Jessé, 2017, p. 29).

Dentro desses parâmetros, pode-se encontrar divergência de opiniões, pois há autores que não concordam com a perspectiva de Freyre ao longo de sua carreira. Uma dessas figuras-chave para a construção desta pesquisa, como já mencionado, é Florestan Fernandes. De origem humilde e trajetória admirável, o escritor e antropólogo perpassou pelo campo político que o tornou um intelectual brasileiro destacado na sociologia. Vale destacar seu envolvimento como um dos estudiosos que discutiram as relações étnico-raciais no Brasil, em que se identificou adversidades que dificultam a integração democrática da população negra e dos indivíduos não brancos. Por ter sido um país que passou pela escravidão, colonialista e ainda produziu fatores demarcadores de desigualdade social/racial, sugere questionamentos interessantes a Florestan sobre como ocorreu a exclusão social – especialmente entre negros e pobres.

Na continuação do diálogo acima mencionado, este domínio convida-nos a ponderar ideias enraizadas na sociedade – resquícios de uma cultura colonial. Também incentiva a introspecção sobre temas ao nosso alcance; tomemos por exemplo as obras de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala” (2003). Embora aclamado como um marco em algumas esferas sociológicas, outros o percebem de forma diferente devido à flagrante romantização retratada em relação ao físico das mulheres negras. Conforme indicado no trecho:

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas” (Freyre, 2003, p. 36).

Essa perspectiva, conforme argumentado por Gonzalez (2020) e Nascimento (1978), retrata a situação das mulheres negras nas disparidades estruturais profundamente enraizadas e no preconceito racial contínuo no Brasil: negligenciando, portanto, sua existência.

Vale observar que a expressão popular mencionada anteriormente — “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” — tornou-se uma síntese privilegiada de como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha, e que é superexplorado economicamente, ela é uma faxineira, cozinheira, lavadeira etc. que faz o “trabalho pesado” das famílias de que é empregada; como um corpo que gera prazer e que é superexplorado sexualmente, ela é a mulata dos desfiles de Carnaval para turistas, de filmes pornográficos etc., cuja sensualidade é incluída na categoria do “erótico-exótico” (Gonzalez, 2020, p.61)

Gonzalez (2020) leva esta crítica mais adiante ao abordar a sexualização das mulheres negras como resultado direto desse contexto histórico. A autora postula que, no sistema escravista brasileiro, as mulheres negras eram frequentemente despojadas de sua humanidade para desempenharem papéis sexuais:

seus corpos objetificados e seu trabalho explorado por seu potencial reprodutivo. Essa análise sublinha como estas delineações históricas continuam a lançar sombras sobre as atuais representações das mulheres negras – defendendo estereótipos antigos que as roubam do centro da dignidade e as privam do reconhecimento legítimo dos seus direitos.

Fernandes (1965) e Nascimento (1978) visam Gilberto Freyre, particularmente com sua noção de “democracia racial”, que ele entrelaça com seu retrato da miscigenação no Brasil como facilitadora do que ele considerava harmonia racial. Para Fernandes e Nascimento, a descrição que Freyre faz desta democracia racial é falha e enganosa; implica que o Brasil está vazio de quaisquer questões raciais importantes, pintando a miscigenação como uma força que obscurece as diferenças e garantindo a coexistência pacífica entre grupos étnicos na sociedade.

Fernandes (1965) não compartilhou da visão romantizada de Freyre (2003) como o homem branco perdido nos trópicos; essa crença obscurece as profundas desigualdades estruturais e o racismo que existem no Brasil. A noção de que existia harmonia racial, ainda mais alimentada pela miscigenação, não está distante dos ideais utópicos da chamada democracia racial. Este ponto de vista pinta um quadro de coexistência pacífica entre as raças no Brasil em pé de igualdade, o que ofusca a real dinâmica de poder e a opressão. Referir-se aos grupos não-brancos como inferiores e ao mesmo tempo glorificar os portugueses como valentes aventureiros representa um afastamento total das verdades históricas durante a era colonial (Silva, 2023).

Esta narrativa ignora as profundas desigualdades e injustiças enraizadas, incluindo a exploração selvagem que marcou este período, em que os povos indígenas e os africanos foram desumanizados através da escravatura. Além disso, esta ideia de cordialidade brasileira (Holanda, 1995) não se enquadra no contexto histórico violento – em que diferentes populações foram sistematicamente exterminadas. Este romantismo limitado esconde não só a brutalidade do colonialismo, mas também a repressão cultural que foi perpetuada através de genocídios. A visão do autor sobre a afirmação das hierarquias raciais em *Raízes do Brasil* (1995) retrata uma perspectiva de que ter a Europa como exemplo adequado durante o período colonial tornaria a colonização no Brasil um tanto avançada (Silva, 2023).

Logo, uma abordagem crítica da sociedade brasileira requer estar livre de narrativas romantizadas – é preciso, então, uma abordagem que investigue as

profundas disparidades estruturais que moldam as relações raciais dentro das fronteiras do Brasil. A sociologia antirracista ocupa, portanto, um lugar central neste cenário: investigando a dinâmica de poder e as más práticas institucionais que sustentam essa cultura de exclusão e opressão.

A sociologia antirracista, ao estudar estas práticas institucionais que promovem a exclusão e sustentam o preconceito e a discriminação, revela ferramentas teoricamente fundamentadas. Estas ferramentas têm um objetivo evidente: erradicar preconceitos incorporados na estrutura da sociedade, ao mesmo tempo em que estabelecem estratégias para promover a justiça social em um nível racial equitativo.

Para se ter uma compreensão mais completa e honesta da história, bem como das relações raciais no Brasil, é preciso reconhecer essas injustiças – e a perpetuidade de suas consequências. Uma análise de obras como as de autoria de Gilberto Freyre (2003), juntamente com as respostas que as suscitaram, revela os meandros da dinâmica do poder racial e ainda impõe a necessidade de rever criticamente as narrativas convencionais. O conceito de “democracia racial” no Brasil – defendido por Freyre – encontra forte oposição entre autores que apontam disparidades gritantes que continuam a assolar a sociedade brasileira por causa da desigualdade e do racismo estrutural. É imprescindível valorizarmos as contribuições de autores negros: somente assim poderemos reavaliar essas narrativas carregadas de preconceitos, construindo assim uma compreensão imparcial (inclusiva e equitativa) sobre a sociedade brasileira.

A sociologia antirracista ocupa um lugar significativo quando se trata de compreender e abordar questões sociais, especialmente aquelas que desempenham um papel na defesa da desigualdade racial. Este campo específico de estudo permite aos estudiosos investigar profundamente as complexas dinâmicas de poder e os mecanismos institucionais que contribuem para a exclusão e a opressão sistemática de certos grupos raciais. Assumindo uma posição antirracista, a sociologia vai assim além da mera identificação de diferenças; transcende até a análise ao apresentar estratégias (como parte da promoção da equidade social) e ao desestruturar padrões profundamente arraigados na sociedade. Em termos de apoio a esta abordagem, a sociologia oferece quadros teóricos e metodológicos – visando romper normas prevaletentes que favorecem populações raciais específicas através de orientação construtiva aliada a discussões críticas que desafiam as narrativas dominantes que sustentam tais preconceitos.

INTERSECCIONALIDADE E LITERATURA: DESAFIANDO PARADIGMAS E AMPLIANDO PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO

A seleção de obras literárias e sociológicas específicas nesta análise não serve apenas para lançar discussões sobre a perpetuação do racismo, mas também para evidenciar vários pontos de vista que existem nestas áreas de estudo. Ao analisar o que Carolina Maria de Jesus apresenta, junto com as questões em torno de Monteiro Lobato, a intenção não é apenas desafiar os retratos típicos, mas ainda apresentar aos alunos uma imagem mais complexa e expansiva da sociedade brasileira, incluindo as perspectivas que tais autores representaram.

A noção de interseccionalidade aplicada nos estudos sociológicos e literários pode permitir uma investigação mais aprofundada das matrizes de poder e da atribuição de privilégios, envolvendo não apenas questões raciais, como também questões de gênero, classe e orientação sexual, entre outras inúmeras dimensões.

O impacto dos clássicos da literatura pode perpetuar práticas racistas, muitas vezes disfarçadas de conceitos que foram normalizados ao longo do tempo. A representação do corpo negro como fonte de sensualidade ou prazer reforça o pensamento colonialista. É importante romper com estas normas sociais, e a educação desempenha um papel vital neste processo. Os alunos devem conhecer autoras negras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, figuras importantes da literatura brasileira contemporânea e integrantes do movimento da Literatura Negra Brasileira.

Carolina Maria de Jesus é considerada uma das principais escritoras do país. Maria Firmino dos Reis foi a primeira escritora brasileira e pioneira na luta abolicionista a criticar a escravidão por meio de suas obras. A obra *Úrsula*, publicada em 1859, conta a história de um senhor que escravizou homens e mulheres, e ainda retrata seu comportamento punitivo e violento.

Segundo Maciel (2020), em meio à resistência e ao racismo, a literatura negra cria uma expressão imaginativa dos escritores negros, além de magnífica, na exaltação da especificidade identitária e da inclusão histórico-social. Ressalto que trabalhar a escrita de Carolina e compará-la com trechos da obra de Monteiro Lobato pode permear uma estrutura que ainda está longe de ser extinta, mas está em processo para estas situações. As discussões propostas pelos autores negros aqui citados não são apenas para trazer à tona a questão

racial ou comprimir uma estrutura racista, mas para que os leitores possam chegar a essas referências literárias, sejam eles brancos ou negros.

Atualmente, algumas escolas não optam por trabalhar com Monteiro Lobato, mas as bibliotecas ainda possuem obras deste autor. O que trago aqui é: Por que a grande escritora Carolina Maria de Jesus foi revolucionária na literatura brasileira se não obtém o mesmo reconhecimento como Lobato? Além do fato de ser mulher, as questões raciais também assumem influências significativas.

Assim, para complementar a discussão, traço um paralelo com a obra *“Caçadas de Pedrinho”* (1933), de Monteiro Lobato, que é marcada por termos e trechos racistas, como: “[...] e Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros” (1939, p. 23). Tal retrato não apenas perpetua estereótipos raciais, mas fortalece a marginalização da população negra e as dinâmicas de opressão, significando um impacto negativo inconfundível nas relações raciais no Brasil. No entanto, Lobato é amplamente aceito e celebrado na esfera literária brasileira, e, muitas vezes, sem as devidas críticas a respeito de suas posições e ideologias problemáticas. Embora ainda seja considerado um clássico da literatura infantil, o autor possui alto reconhecimento das suas contribuições. Ressalto em seguida: Qual seria a contribuição? Porque o mesmo autor, considerado um intelectual, defendia a Eugenia² e a esterilização da população negra para que não houvesse reprodução e, conseqüentemente, haveria a diminuição de pessoas negras na sociedade brasileira.

Para Adorno (1995a), a educação tem um objetivo principal: a emancipação humana. Emancipar significa gerar conjunturas para que cada indivíduo possa viver espontaneamente e, assim, possa desenvolver suas potencialidades.

2 A prática da eugenia no Brasil no início do século XX era uma política violenta, parte integrante do movimento higienista e das políticas de saúde pública. Muitos pensadores, profissionais médicos e legisladores brasileiros foram influenciados por teorias raciais emanadas da Europa e da América do Norte, o que os levou a abraçar a eugenia como uma ferramenta para arquitetar o que consideravam a “elevação” da população brasileira. A visão deles era nítida: uma nação repleta de vitalidade, abrigando uma raça superior. Esta visão seria alcançada predominantemente através da promoção da imigração europeia e, ao mesmo tempo, da adoção de políticas de controle da natalidade entre aqueles considerados inferiores – os afro-brasileiros, os povos indígenas e as camadas empobrecidas da população. As políticas eugênicas foram realizadas através de vários meios: como campanhas de saúde pública para limpeza e prevenção de doenças, e programas de esterilização e segregação. Mas a eugenia não alcançou o mesmo nível de institucionalização formal no Brasil que alcançou em outros países.

Por este motivo, trago a importância da literatura afro-brasileira, cujo codinome que conhecemos é a *Literatura negra*. Nessas obras literárias, é trazido um contexto de valorização de pessoas pretas, especificamente de um grupo étnico-racial, que, em um período histórico, a literatura brasileira – e contemporânea – fomentava práticas discriminatórias e racistas. A configuração dessa Literatura reforçava um pensamento racista e etnocêntrico em relação aos indivíduos afrodescendentes, além de contribuir para não haver o atravessamento de forma positiva para os(as) leitores(as).

As obras que surgem da literatura negra contextualizam outra percepção a partir do olhar do(a) escritor(a) que já vivenciou a luta, a discriminação, a resignificação dos traumas, o racismo e, acima de tudo, a maneira de se sentir acolhido(a) nas leituras. Rememorando essas características, penso na autora Conceição Evaristo, na obra *Escrevivência: a escrita de nós* (2020), porque ela mesma não relata apenas vivências pessoais, mas também experiências que a população negra já foi atravessada. Nessa questão, os aspectos que são usufruídos por meio dos diálogos perpassam as perspectivas dela no decorrer do seu percurso.

A partir do conceito *escrevivência*, a autora discute a sua construção literária conforme a sua escrita dialoga com a sua experiência como mulher negra e de classe social baixa. É importante contextualizar que não há o intuito de diminuir a necessidade da leitura dos autores literários brasileiros na constituição de um leitor idôneo, mas, como já citado nesta pesquisa e nas experiências, é indispensável acompanhar como essas discussões ocorrem no chão da escola. Sabe-se da importância da diversificação bibliográfica e a inclusão de autores que discutam várias temáticas, seja racial, de gênero, ou social, para que a escola se torne um espaço acolhedor em diversos contextos. Pensando assim, na hipótese de que esses estudantes fazem uma leitura dos preceitos, de maneira a identificar e interpelar sobre as explicitações racistas e sociais que estão presentes em alguns clássicos da Literatura e nos romances literários, essa narrativa se mantém de forma explícita, conforme pesquisa da Dalcastagnè. Segundo a autora, são apresentadas as seguintes informações:

Entre as personagens do sexo masculino que passam pela adolescência, 58,3% apresentam a ocupação “bandido/contraventor” quando a cor é negra, percentual que desce para 11,5% entre os brancos (para os quais a categoria mais numerosa é “estudante”, com 44,2% dos casos) (Dalcastagnè, 2008, p.10).

Historicamente, a Literatura possuía um público elitista, já que produzia para uma classe de maior poder aquisitivo e com acesso aos livros. Logo, é notório perceber que essas obras eram destinadas e lidas por um público específico.

O público branco consumia, assim, o que era destinado para eles mesmos, ao mesmo tempo em que reforçavam uma normalização referente à animalização dos corpos negros, ao racismo disfarçado em empregos de subserviência, bem como entre diversos textos expostos durante essa trajetória da Literatura. A representação literária dos negros sofreu transformações mínimas ao longo do tempo, apesar das mudanças na sociedade, como o aumento da criticidade e da consciência racial entre os jovens. No passado, muitas vezes, os negros eram retratados de forma desumanizante, com produções literárias voltadas para a elite e excluindo aqueles sem recursos financeiros.

METODOLOGIA

Utilizando uma abordagem qualitativa, conforme delineada por Poupart (2014), este estudo se concentrará em textos acadêmicos e históricos que evidenciam a persistência do racismo na educação. A ausência marcante de intelectuais negros nessas produções acadêmicas revela não apenas uma lacuna de representatividade, mas também um cenário de censura e marginalização dentro do sistema educacional brasileiro. A escolha de autores como Carolina Maria de Jesus e a análise crítica das obras de Monteiro Lobato são cruciais para esta investigação, pois desafiam as representações estereotipadas e oferecem alternativas de narrativas que podem promover uma reflexão profunda sobre a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e diversa.

A perspectiva interseccional é essencial tanto no campo sociológico quanto no literário. Esta abordagem específica aprimora a compreensão da dinâmica de poder (juntamente com o privilégio), expandindo-a não apenas a raça, e também ao gênero, a classe social e a orientação sexual. Através de uma análise interseccional (Crenshaw, 1991), evita-se pontos de vista limitados, revelando uma estrutura mais complexa de como diferentes formas de opressão e discriminação se sobrepõem umas às outras. O objetivo aqui vai além de criticar as práticas educacionais atuais – pois vem sugerir soluções alternativas que trariam mudanças positivas na educação brasileira.

A sociologia mais a literatura não se limitam a academia; elas representam espaços de resistência que, se forem reconhecidos, têm o potencial de transfor-

mar significativamente a nossa percepção e pedagogia em relação aos estudos histórico-culturais brasileiros. Não apenas para uma avaliação crítica das práticas atuais – mas a busca por soluções alternativas que possam trazer mudanças positivas para o sistema educacional brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A urgência de uma educação antirracista se impõe como uma necessidade incontornável nos debates contemporâneos sobre inclusão e equidade social. Este trabalho se propõe a explorar criticamente essa necessidade, destacando como teorias e intelectuais brancos europeus têm exercido uma influência desproporcional no contexto acadêmico, muitas vezes relegando ao segundo plano ou excluindo completamente a produção intelectual de autores negros. Essa exclusão sistemática não apenas perpetua, outrossim reforça a prática do epistemicídio.

O cerne desta pesquisa reside na análise crítica das abordagens educacionais que visam combater o racismo estrutural. Central à investigação é a Sociologia e a Literatura, disciplinas que desempenham um papel fundamental na desconstrução de referenciais brancocêntricos e na promoção de uma educação de crítica antirracista. Para tanto, são analisadas de forma detalhada obras significativas como *“Casa Grande e Senzala”* (2003) de Gilberto Freyre, bem como os estudos de autores como Fernandes (1965), Souza (2019), Jesus (1960), buscando não apenas entender suas contribuições teóricas, mas igualmente questionar como esses autores trataram e contribuíram para a construção das narrativas sobre raça no Brasil.

De fato, um forte contraste; os escritos de Florestan Fernandes (1965) apresentam uma crítica contundente à ideia de democracia racial, apontando as gritantes disparidades raciais que prevalecem no Brasil. A sua posição postula que a miscigenação não apagou as linhas de hierarquia baseada na raça, mas criou uma ilusão de concórdia racial, camuflando atos contínuos de marginalização da população negra. É uma exposição que investiga como o racismo encontra suas raízes profundas nas estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil (Souza, 2017) – orientando até mesmo essa dinâmica atual da existência diária dos afro-brasileiros com sua influência persistente.

Uma visão distinta e contundente da experiência negra no Brasil é fornecida por Carolina Maria de Jesus. Seu livro *“Quarto de Despejo”* (1960) traz

relatos das lutas enfrentadas pelas comunidades negras nas favelas de São Paulo – um testemunho direto de sua adversidade. Em suas palavras, Carolina Maria de Jesus desvenda o grotesco das condições de vida que engolfam a população negra e pobre. Um desafio firme às narrativas predominantes que os pintam como indolentes ou ineptos: o seu trabalho constitui uma antítese que desafia estas representações depreciativas.

Monteiro Lobato, porém, é um escritor polêmico cujas histórias infantis estão repletas de estereótipos e falas racistas contra os personagens negros. Em *“Caçadas de Pedrinho”* (1933), Tia Nastácia é retratada de forma bastante desumanizada. Pode ser importante ter uma visão crítica de suas obras, de modo a compreender como o racismo chega às gerações futuras através do que se supõe ser literatura infantil.

Um resultado adicional do estudo mostra que a omissão de intelectuais negros nos currículos escolares é uma forma de silenciamento. As ausências das obras de intelectuais negros – cujos nomes nem sequer são mencionados – dificultam a nossa compreensão não só da diversidade cultural, como também de aspectos históricos no Brasil. Tende a perpetuar e reforçar uma concepção monolítica que apenas reconhece o conhecimento europeu e o seu valor como universalmente aceitáveis.

A luta contra essa exclusão deveria passar por ouvir mais vozes daquelas que nunca ouvimos; portanto, é muito importante que as obras e vozes dos intelectuais negros sejam incluídas na educação para que possamos ter uma abordagem mais abrangente (e inclusiva) para a compreensão da história e da cultura brasileira.

A Sociologia e a Literatura não são meras disciplinas escolares; elas representam espaços de resistência e de contestação das hegemonias intelectuais e culturais que perpetuam desigualdades. Neste sentido, a revisão crítica das obras de autores como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e outros intelectuais negros é fundamental não apenas para a ampliação do repertório acadêmico, mas também para a promoção de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial como um pilar central da identidade brasileira.

É fundamental reconhecer que a educação antirracista não se limita apenas ao âmbito escolar; ela é um imperativo ético e político que deve permear todas as esferas da sociedade. Ao examinar criticamente as representações de identidades negras e indígenas na literatura e na sociologia brasileira, este estudo pretende contribuir para a construção de uma cultura de respeito à diversidade

e de valorização das contribuições de todos os grupos étnicos. A implementação de práticas educacionais comprometidas com a igualdade étnico-racial é um desafio complexo, mas fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para as gerações futuras.

Por fim, este trabalho visa não apenas analisar criticamente as práticas educacionais vigentes, como também propor alternativas que possam transformar positivamente o sistema educacional brasileiro. A Sociologia e a Literatura emergem não apenas como disciplinas acadêmicas, mas como campos de luta e resistência capazes de promover mudanças significativas na maneira como entendemos e ensinamos a história e a cultura do Brasil.

A Sociologia possui um papel indispensável para a formação de uma sociedade mais equitativa e justa, e, assim, os(as) estudantes podem analisar e desenvolver a criticidade, além de captar essa ciência que percebe os fenômenos sociais e apresenta as adversidades que estão presentes no dia a dia. A Literatura, somada à Sociologia, também é fundamental nesse processo. Ambas as matérias refletem manifestações de conhecimentos, reflexões, entre outras possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de uma educação antirracista é urgente e deve ser tratada com imediatismo. O histórico domínio branco europeu das teorias resultou na diminuição da diversidade dentro da academia por intelectuais elitistas. Esta dominação relega os autores negros à insignificância ou ao esquecimento – um ato que Sueli Carneiro chama de fomentador do epistemicídio. Devemos começar a questionar estas práticas; precisamos avaliar criticamente quem realmente representamos quando se trata de educação sobre a diversidade étnico-racial no Brasil. Só através de uma reflexão genuína da riqueza da nossa população poderemos reivindicar – que este seja o nosso princípio orientador para alcançar uma diversidade significativa e uma educação de qualidade.

Na busca de romper o preconceito e promulgar a educação crítica, a sociologia é um campo cheio de recursos. Trata da análise das dinâmicas de poder e das estruturas sociais que sustentam o racismo. Alguns estudiosos notáveis, como Jessé Souza e Florestan Fernandes, adotam abordagens abrangentes em relação às hierarquias raciais e à marginalização social. Isso essencialmente desmascara narrativas idealizadas da história brasileira, mas traz à tona detalhes

sobre experiências reais de comunidades marginalizadas – evidenciando-as. É importante que os alunos adotem esta perspectiva crítica para que possam estar bem conscientes e agir ativamente perante os casos de preconceito racial que os rodeiam; isso nutre uma maior consciência social.

A literatura, então, é uma das principais formas pelas quais as populações negras podem contar as suas próprias histórias e partilhar as suas próprias experiências – muitas vezes deixadas de fora dos registos históricos e literários padrão. Os escritos de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo fazem mais do que apenas mostrar os desafios enfrentados pelas mulheres negras; eles também mostram como essas mulheres lutaram e sobreviveram com orgulho. Quando estas obras são colocadas lado a lado com literaturas mais tradicionais como as escritas por Monteiro Lobato, permite-nos ver como facilmente as narrativas racistas faziam parte daquelas histórias que foram transmitidas ao longo do tempo sem questionamentos. Esta compreensão crítica é vital para desvendar estereótipos – o que, por sua vez, ajudaria a promover uma literatura mais rica e muito mais inclusiva para todos os envolvidos.

A educação antirracista deve adotar, portanto, a interseccionalidade como ângulo principal, uma vez que é isso que ajudará a reconhecer a multiplicidade e variedade de discriminação e opressão em diferentes bases. Essas formas incluem, mas não estão limitadas a raça, gênero, classe ou quaisquer outras identidades, porque através de uma lente interseccional na sociologia e na literatura, pode-se ver que tal análise nutre o reconhecimento das interações emaranhadas entre diversas formas de opressão e privilégio. A aquisição de tal conhecimento não só amplia os horizontes dos alunos em termos de empatia e compreensão, como também aumenta a capacidade deles de serem agentes de mudança nas suas sociedades.

A pesquisa apresenta como a educação antirracista pode ser relevante nas esferas da sociologia e da literatura, o que é um aspecto crucial para as escolas públicas. Daí a necessidade de perspectivas antirracistas nas práticas pedagógicas: disseminando informações sobre questões relacionadas com a raça, bem como criando escolas inclusivas e amigáveis. Muitos são os desafios que acompanham este tipo de pedagogia, mas, pelos benefícios que tiveram com base nas estratégias implementadas, eles são nítidos. Os trabalhos não devem se restringir apenas a permitir a reprodução da diversidade racial na sociedade brasileira, mas devem permitir que os alunos tenham uma percepção – compreensível – sobre as experiências das diferentes raças. Isto permite a recepção

crítica do conhecimento sobre as estruturas sociais e raciais, aliadas à empatia e à solidariedade, valorizadas por parte dos alunos.

A incorporação de obras literárias e sociológicas que representem o contexto multicultural brasileiro permite que os alunos percebam de forma diferente os desafios enfrentados pelos grupos raciais. Essas práticas permitem que os alunos tenham visões críticas dos sistemas sociais e raciais, bem como uma maior capacidade de empatia. Os educadores e os administradores escolares são instados a investir na formação contínua e em recursos pedagógicos que contribuam para uma forte educação antirracista. Igualmente importante é formar professores para lidar com questões raciais de forma sensível e informada, para o que os materiais e metodologias utilizados também são diversos e complexos nas reflexões sobre as experiências raciais no Brasil.

As políticas educativas devem mudar, porque não há maior necessidade, neste momento, do que abordar o racismo dentro das salas de aula, o que conduzirá a uma sociedade igualitária e equitativa.

É, no entanto, vital começar a promulgar políticas que incentivem a infusão de conteúdos antirracistas no currículo e também apoiar, como instituição, projetos pedagógicos que resultem da inovação com eles.

Este é um estudo preliminar, mas permite que outros, no futuro, compreendam plenamente os efeitos a longo prazo da educação antirracista. Um caminho possível para pesquisas futuras seria observar como tais práticas impactam a vida dos estudantes após o ensino médio ou tentar comparar a eficácia de várias metodologias pedagógicas antirracistas, como o que este estudo fez.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **“Racismo Estrutural”**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-Ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color**. Stanford: Stanford Law Review, 1991.

DALCASTAGNÊ, Regina. (2008). Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Gragoatá**, 13(24). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33169>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

DALCASTAGNÊ, Regina. (2011). Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 31, p. 87-110. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9434>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo** / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 481 ed. rev. – São Paulo: Global, 2003. – (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Maria Carolina de. **“Quarto de Despejo: diário de uma favelada”** (1960). Ática; 10ª edição (3 dezembro de 2019).

LOBATO, Monteiro. **“Caçadas de Pedrinho”** (1933). Vol. III - Edição Integral e Ilustrada.

MACIEL, Maria Cristina. (2020). Literatura: a voz da escritora negra. Papéis: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens** - UFMS,

21(42), 230-241. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3566>.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2a. edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

NASCIMENTO, Abdias do. 1914. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado / Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POUPART, Jean. **A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 127-153

SILVA, Ana Paula de Holanda. O pensamento social brasileiro e os estudos das relações étnico-raciais nas Ciências Sociais do Ceará. In: **21º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2023, Belém. Anais [...]. Belém: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2023. p. 1-15. Disponível em: <file:///C:/Users/usario/Downloads/O%20Pensamento%20Social%20Brasileiro%20e%20os%20estudos%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9tnico-raciais%20nas%20Ci%C3%A2ncias%20Sociais%20do%20Cear%C3%A1%20-%20Ana%20Paula%20Holanda.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.